



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Governo
Ouvidoria Geral do Estado

Despacho

Assunto: DECISÃO OGE/LAI nº 151/2021

Número de referência: PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria Estadual da Saúde

ASSUNTO : Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA : Acesso a informações sobre a quantidade que a Secretaria de Saúde do Estado tem totalizada até a presente data de 'doses perdidas' das vacinas aplicadas nos municípios paulistas contra a covid-19. Ausência de resposta recursal. Provimento parcial.

DECISÃO OGE/LAI nº 151/2021

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria Estadual da Saúde, conforme consta do Protocolo SIC em epígrafe, para acesso a informações sobre a quantidade que a Secretaria de Saúde do Estado tem totalizada até a presente data de 'doses perdidas' das vacinas aplicadas nos municípios paulistas contra a covid-19.
2. Em resposta, a Pasta informou onde as informações poderiam ser pesquisadas. Inconformado, o solicitante impetrou recurso junto ao órgão. O silêncio do órgão em grau recursal motivou o apelo cabível a esta Ouvidoria Geral do Estado, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015.
3. Instada a sanar a supressão de instância, o órgão não complementou as informações.
4. A Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação - LAI, regulamentada no âmbito do Estado de São Paulo pelo Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, veio dar concretude ao direito à informação previsto no artigo 5º, XXXIII da Constituição Federal de 1988.
5. Deve-se consignar que tal direito se reflete em um dever positivo da administração pública, que consiste não apenas em receber as manifestações de cidadãos, mas também em respondê-las, ainda que para afirmar, de modo fundamentado, eventual impossibilidade do acesso às informações pleiteadas, inexistência do dado ou informar que não tem competência para informar. Nesse sentido, pode-se inferir que o silêncio do órgão público equivale a uma resposta negativa, e imotivada, à demanda efetuada.
6. Assim, imprescindível que o ente público se manifeste quanto à específica demanda das informações suscitada, fornecendo-as em sua integralidade, desde que existentes, ou atentando para a necessidade de explícita fundamentação na hipótese de negativa de acesso aos dados requeridos, em vista das restritivas circunstâncias legalmente previstas.

Classif. documental 006.03.02.001

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Governo
Ouvidoria Geral do Estado



7. Diante do exposto, constatada a falta do atendimento integral da demanda até o presente momento, e, ausente qualquer justificativa para afastar a regra geral da publicidade, caso existentes os dados solicitados, **conheço do recurso, e dou-lhe parcial provimento**, com fundamento no artigo 11, caput, da LAI, e no artigo 20, incisos I e IV, do aludido Decreto nº 58.052/2012, devendo-se, nos termos do §2º do artigo 20 do mesmo Decreto, adotar as providências necessárias para dar-se cumprimento ao disposto na referida Lei federal nº 12.527/2011.
8. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 31 de março de 2021.

Antonio Carlos Santa Izabel
Ouvidor Geral do Estado
Ouvidoria Geral do Estado